rios de seleção do Edital FEMA N°06/2008 e não o recomenda. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto 60, permaneçam como estão, nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto 60, levantem a mão. Então o **projeto 60 foi reprovado por unanimidade.**

Então mais uma vez explicando que o projeto 55, 56 e 58, estão sem fase de solicitação de ajustes e voltarão assim que chegarem os ajustes e os ajustes forem avaliados pela CAV.

Agora nós vamos para os projetos do Edital FEMA N°07. Nós temos uma situação para esclarecer que é o seguinte, na última reunião ficaram alguns projetos pendentes, o 106 e o 117, hoje nós estamos avaliando, pela primeira vez, o 121 e a 143, então vamos começar do 121 ao 143, o pessoal foi buscar lá em cima o material do 106 e do 117 que o próprio CONFEMA solicitou que queria avaliar melhor e que retornassem hoje. Então vamos começar ,como sugerido pelos conselheiros, pelos projetos recomendados.

Projeto 121: "Semeando a cidadania nas Praças"

Instituição Proponente: 5 elementos, Instituição de Educação e Pesquisa Ambiental.

Duração: 10 meses.

Recurso Solicitado ao FEMA: R$ 107.200,00.

Contra Partida: R$ 12.000,00.

Valor Total: R$ 19.200,00.

Objetivo Geral: Revitalizar com a participação da comunidade 6 praças da subprefeitura da Lapa.

Síntese da Avaliação: O projeto propõe revitalizar 6 praças na região centro oeste, com participação da comunidade e anuência da subprefeitura da Lapa, o objetivo está claramente expresso e tem compatibilidade com os princípios da educação ambiental. É muito importante que a população se envolva na realização de atividades regulares nas praças para que sua revitalização não seja pontual aumentando o senso de pertencimento a essa população e assim sendo que ela passe a colaborar na preservação e animação do espaço e que esses casos tornem-se exemplares para outros pontos e grupos da cidade. Considerando-se atendidas as solicitações desta CAV, relatamos que foram aceitas as justificativas para contratações de 2 coordenadoras técnicas, a justificativa de aquisição do computador e a justificativa sobre a utilização da sala da entidade 5 elementos como contra partida, aceita a justificativa do estagiário em substituição ao contador, justificados os demais itens da contra partida e a ferramenta fotografia está justificada no entender da CAV , como um dos itens que foram complementados na avaliação. A CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Política Municipal do Meio Ambiente e Educação Ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática Biodiversidade estabelecida pelo CADES em sua resolução 126 de 2009. Então vamos para a deliberação? Eu só peço que, nesse caso, a Mônica não participe da deliberação, porque ela faz parte da entidade que está sendo avaliada. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Semeando a cidadania nas Praças", permaneçam como estão. Então o projeto "Semeando a cidadania nas Praças", está aprovado pelos 4 conselheiros. Alguma abstenção? Então eu vou registrar a abstenção da Mônica. Então o **projeto "Semeando a cidadania nas Praças", está aprovado por unanimidade já que a abstenção é motivada pelo impedimento na votação.**

Projeto 124: "Jardinagem Social"

Instituição Proponente: Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto.

Duração do projeto: 12 meses.

Valor Solicitado ao FEMA: R$ 108.000,00.

Contra Partida: R$ 12.000,00.

Total: R$ 120.000,00.

Objetivo Geral: Oferecer curso de jardinagem a 60 pessoas em situação de rua ou recém saídas das ruas e jovens em situação de vulnerabilidade social, tornando-se profissionais mais conscientes das conseqüências do seu trabalho sobre a cidade e o Meio Ambiente.

Síntese da Avaliação: O projeto pretende despertar e mobilizar na comunidade atitudes e habilidades necessárias a preservação e melhoria da qualidade ambiental e social. A instituição já atua na região e tem um amplo conhecimento do público alvo, bem como do território onde será implantado o projeto. O projeto vai criar oportunidade para 60 participantes, que terão um contato mais sinérgico com o meio ambiente.

Objetivo: Mostrar a importância da questão ambiental, a inclusão social, e garantir formação a pessoas em situação de rua ou recém saídas da rua, proporcionar aos jovens em situação de vulnerabilidade novas habilidades e potencialidades. O objetivo geral do projeto é oferecer curso de jardinagem ao público alvo possibilitando desenvolvimento de técnicas especificas na execução e manutenção de jardins. A CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA na política municipal do meio ambiente e seu enquadramento na diretriz anual na temática e conservação de áreas verdes estabelecidas pelo CADES na resolução 196 de 2009. Podemos ir para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Jardinagem Social",permaneçam como estão. Então o **projeto "Jardinagem Social", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 131: "Curso Básico Ecologia, Oficina para capacitação de agentes catadores de material reciclável em auto gestão cooperativista".

Instituição Proponente: Associação Beneficente Cultural e Social da Cidade Tiradentes, SOASI.

Duração do projeto: 09 meses.

Valor Solicitado ao FEMA: R$ 98.130,00.

Contra Partida: R$ 9.840,00.

Total: R$ 107.960,00.

Objetivo Geral: Oferecer capacitação para agentes catadores de materiais recicláveis em auto gestão cooperativista promovendo ações integradas dentro da comunidade para melhoria da qualidade de vida, inclusão social, preservação e reeducação ambiental, mobilização e instrumentalização de coletores de material reciclável para participação ativa em projetos com ações de proteção, conservação e sustentabilidade local. Capacitar e instrumentalizar a população e a resolução pacífica de conflitos sócio ambientais. Como impacto positivo, o projeto poderá resultar em mudança dos padrões de comportamento, influindo com novas atitudes e posturas, em especial quando se refere a abordagem e monitoramento do grave problema dos resíduos sólidos da região que será enfrentada ao longo do desenvolvimento de suas etapas de execução. O projeto também pretende proporcionar a otimização de benefícios com participação e ação cidadã, com a valorização do cidadão coletor de material reciclável, cujo plano dotado de conhecimentos técnicos e científicos busca sua capacitação profissional e inclusão social, com a formação de agentes multiplicadores comprometidos com a realidade sócio ambiental local.

Síntese da Avaliação: O projeto visa capacitar agentes catadores na perspectiva do cooperativismo, os objetivos são claros e a proposta é compatível com o Edital proposto, os locais propostos para a realização do projeto Cidade Tiradentes e Parque do Cone, podem beneficiar-se das atividades. Considerando que o projeto poderia ser recomendado com ajustes, foi solicitado a organização, apresentar as cartas as parceiras propostas e informar a que profissionais se referem, nomes e qualificação, as horas previstas também como contra partida no projeto, a organização apresentou carta do chefe de gabinete da subprefeitura da Cidade Tiradentes, firmando compromisso de garantir transporte para os participantes e o espaço do auditório para encontros com técnicos da LIMPURB conforme o cronograma apresentado. Apresentou também e-mail da Tetrapac comprometendo-se a disponibilizar vídeos, kits e 5 big bags para o início da coleta. Quanto ao item 2, foram identificados os 3 profissionais, cujo as horas foram oferecidas como contra partida no projeto: Nilton Roberto Souza, Regina Chaves, e Christian Luis Caldan. Tendo sido atendidos os ajustes propostos, essa CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei 14.887 de 2009 na política municipal de Meio Ambiente e Educação Ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual da temática de economia solidária estabelecida pelo CADES em sua resolução 126/2009. Podemos ir para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto Curso Básico Ecologia, Oficina para capacitação de agentes catadores de material reciclável em auto gestão cooperativista", permaneçam como estão. O **projeto Curso Básico Ecologia, Oficina para capacitação de agentes catadores de material reciclável em auto gestão cooperativista", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 132: "Guarapiranga te quero viva".

Instituição Proponente: Associação Educacional Labor.

Duração do projeto: 12 meses.

Recurso Solicitado ao FEMA: R$ 107.820,00.

Contra Partida: R$ 12.000,00.

Total: R$ 119.820,00.

Objetivo Geral: Contribuir com a formação continuada de 100 educadores que atuam na região da subprefeitura da Capela do Socorro para que promovam em suas comunidades escolares, sensibilização de todos os segmentos sobre meio ambiente, planejamento, e aplicação do diagnóstico participativo com eleição de prioridades e elaboração, aplicação, registro e avaliação de pequenos projetos didáticos sobre as questões ambientais.

Síntese da Avaliação: Trabalho claro e objetivo com profissionais experientes, atendeu aos ajustes solicitados em 07/10/2009. Dessa maneira essa CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei 14887 de 2009 na política municipal do meio ambiente de educação ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática biodiversidade água, estabelecida pelo CADES e sua resolução 126 de 2009. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Guarapiranga te quero viva", permaneçam como estão. Então o projeto **"Guarapiranga te quero viva", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 135: "Enturmando"

Instituição Proponente: Instituição FAPETEC, Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura.

Duração do projeto: 12 meses.

Valor Solicitado ao FEMA: R$ 107.980.80.

Contra Partida: R$ 12.000,00.

Total: R$ 119.980,80.

Objetivo Geral: Apresentar práticas e ações para preservação do meio ambiente, a fim de sensibilizar e estimular uma percepção critico e transformadora de estudantes de escolas públicas municipais da cidade Ademar, na busca de construção de valores, responsabilidades sócio ambiental e melhoria da qualidade de vida, contribuir para o desenvolvimento de diretrizes básicas para a construção de uma agenda 21 escolar.

Síntese da Avaliação: O projeto pretende apresentar práticas e ações para preservação do meio ambiente, a fim de sensibilizar e estimular uma percepção critico transformadora de alunos da rede municipal de ensino da cidade Ademar. A entidade atendeu aos ajustes solicitados por essa CAV, foi identificado erro no cálculo do subprojeto visitas a estação resgate, devendo ser considerado o valor de R$ 23.832,00 e não como constou, portanto o valor total do projeto a ser financiado pelo recurso do FEMA será de R$ 107.000,72. A CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, nas Leis 14887 de 2009, na política municipal de meio ambiente e educação ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática economia solidária estabelecida pelo CADES em sua resolução 126 de 2009. Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Enturmando", permaneçam como estão. Então o **projeto "Enturmando", está aprovado por unanimidade.** Mônica, por favor, fala no microfone.

Cons. Mônica Borba: Bom dia, Mônica. Será que esses R$ 23.000,00 a menos no projeto não vão comprometer?

Coordenadora Helena Magozo: Entendi que foi uma questão de soma, um aspecto formal, Mônica.

Cons. Mônica Borba: Ah ta, entendi, desculpa, eu achei que era o geral.

Coordenadora Helena Magozo: Não, é uma questão de cálculo e não , uma mudança.

Cons. Mônica Borba: Eu achei que passou de R$ 119.000,00 para R$ 107.000,00, eu achei que era isso, desculpa.

Projeto 138: "Intervenção Zézinho"

Instituição Proponente: Associação Educacional e Assistencial Casa do Zézinho.

Duração do projeto: 12 meses.

Valor Solicitado ao FEMA: R$ 107.916,00.

Contra Partida: R$ 12.000,00.

Total: R$ 119.916,80.

Objetivo Geral: Em sintonia com os objetivos do desenvolvimento do milênio, procuramos:

1-Orientar o espírito empreendedor na direção de práticas sustentáveis com geração de renda, tratar dos problemas de saúde causados pelas poluições do ar e da água, melhorar o acesso e o uso do conhecimento cientifico e tecnológico.

2-Promover o desenvolvimento humano e a formação de adultos com subsidio de autonomia para exercerem sua cidadania plena e atuarem como agente de transformação social, utilizar a metodologia inovadora criada pela casa do Zézinho, a pedagogia do arco íris constituída a partir dos 4 pilares da educação: Ser, ***, conhecer, ciência, saber filosofia, fazer arte que vem diariamente se aprimorando ao longo desses 15 anos.

4-Fortalecer entre os participantes e a comunidade os valores de identidade, cultura local, meio ambiente a construção de relações trabalhando com a transversalidade.

5-Envolver a comunidade Zézinho de uma forma natural, despertando interesse para o que antes não era observado.

Síntese da Avaliação: O projeto visa trabalhar com diferentes faixas etárias, os conceitos relacionados a cultura de paz, educação ambiental, através de vivências que estimulam práticas sustentáveis e de geração de renda, pretende desenvolver suas atividades de jardinagem junto ao Parque Santo Dias. A proposta apresentada é bastante interessante com boa formatação de idéias claras e objetivas. Dessa maneira a CAV considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, nas Leis 14887/2009, na política de meio ambiente e educação ambiental e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática economia solidária estabelecida pelo CADES em sua resolução 126/2009. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Intervenção Zézinho", permaneçam como estão. Então o **projeto "Intervenção Zézinho", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 142: "Jornadas Locais de Educação Ambiental no Município de São Paulo"

Instituição Proponente: Instituto Paulo Freire.

Duração do projeto: 12 meses.

Valor Solicitado ao FEMA: R$ 106.314,00.

Contra Partida: R$ 12.795,00.

Total: R$ 119.109,00.

Objetivo Geral: Contribuir para atualização do debate em torno do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global no município de São Paulo, relacionando as grandes questões do nosso tempo e inserindo o tratado nos movimentos e redes que incorporem em suas agendas as lutas por um outro mundo possível nos níveis locais, nacionais e internacional.

Síntese da Avaliação: O projeto apresenta relevância para o desenvolvimento das políticas ambientais do município e estará integrado nas diretrizes de trabalho do CADES segundo documento apresentado pelo proponente. A Comissão de Avaliação Técnica considera a viabilidade técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA na política municipal do meio ambiente, educação ambiental e cultura de paz e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática biodiversidade água, ar e resíduos sólidos, economia solidária, estabelecida pelo CADES em sua resolução 126 de 2009. Vamos para a deliberação?

Presidente Eduardo Jorge: Eu estava olhando esse projeto e ele é um projeto importante que é basicamente um estudo do tratado de educação ambiental, uma jornada sobre um tratado de educação ambiental, mas a minha pergunta Helena, é que pela proposta aqui, ele é calcado na participação basicamente dos conselheiros do CADES e dos conselheiros dos conselhos regionais que nós estamos formando pela cidade inteira, inclusive prevê encontros de 8 horas com os conselheiros do CADES e depois repicando isso pela cidade inteira, 8 horas também de encontros que depois vão gerar uma síntese de cadernos que eles vão escrever, é uma instituição da maior importância e respeitabilidade, mas precisa ver se isso é primeiro viável, segundo de acordo com a política de formação de organização do CADES e dos conselhos regionais. Então é um compromisso bem voltado para um tratado específico de educação ambiental que eles estão querendo discutir e que vai envolver a mobilização nossa, o nosso conselho e os conselhos regionais espalhados pela cidade inteira que nós estamos formando, foram consultados se querem participar de algo desse tipo, eu vi aqui que eu pedi uma complementação com o parecer do responsável do CADES, se nós estamos dispostos a dar essa infra-estrutura toda, você mandou a carta, está aqui anexada dizendo que sim, e na cidade inteira todos os conselhos regionais que já tem programação inclusive discussão e tudo como é que vai ser? Nós não podemos ao meu ver comprometer um esquema tão forte como esses de você colocar 10 regiões, 10 macro regiões que nós criamos, os 3 conselhos com funcionários públicos, com pessoas eleitas, 8 horas discutindo um tratado, que nem eu e nem eles leram o tratado original, que é o que é a base da discussão, lá nos conselhos regionais.

Cons. Mônica Borba: Há 20 anos atrás nós estamos lendo e relendo.

Presidente Eduardo Jorge: Não, eu estou falando dos conselhos regionais, eu estou só colocando isso, é uma coisa muito interessante, mas eu acho que tem que ver direitinho com os conselheiros, com os conselhos regionais nossos, com o pessoal da UMAPAZ, como é que vai ser isso, porque já há uma atividade grande na casa da terra, por exemplo com a UMAPAZ e eu queria ver o que a Rose acha disso também.

Coordenadora Helena Magozo: Mas o projeto passou pela educação ambiental, foi a educação ambiental que avaliou, passou por mim quanto Diretora do Departamento de Participação e Fomento, porque que nós estamos fazendo um encontro sistemático com os CADES regionais e há uma grande demanda por capacitação, é lógico que essa capacitação tem que atender à possibilidade dos conselheiros. De repente, essas 8 horas se for inviável serem contínuas, pode-se propor uma outra distribuição à entidade, mas esse Tratado é um Tratado que eu acho, ser de base para se trabalhar as questões que os CADES tem colocado de necessidade de capacitação. Obviamente eu não participei da avaliação do projeto, então enquanto diretora do DPP só me manifestei pelo interesse do projeto, pela clareza que os conselhos tem demandado sim as capacitações e nós estamos juntos com a Glacilda que trabalha com a Rose pensando nisso e sem avaliar o projeto porque não me cabe isso, eu entendo que ter uma parceria respeitada para isso nos ajudaria muito, porque nós ficamos as vezes sem perna, teríamos que contratar essa capacitação isso já foi fechado, nós não temos como nós mesmos nos encarregarmos dessa capacitação, então por esse motivo é que eu assinei que havia interesse no projeto,sem entrar no mérito do projeto.

Cons. Mônica Borba: Bom, eu queria falar um pouquinho também sobre esse tema, fico muito contente de chegar um projeto desse tipo aqui, porque geralmente todo público alvo que a gente vem trabalhando são adolescentes, crianças, escolas, professores, que muito pouco tem para poder tomar decisões sobre o rumo das políticas públicas nessa área de sustentabilidade no nosso município, nós até comentamos na reunião passada a importância de ter esse tipo de trabalho, não só para os conselheiros do CADES, eu já fui membra do CADES, aqui duas gestões é um grupo bastante diversificado e eu tenho certeza que nem todos conhecem esse documento de base da educação ambiental que foi feito na ECO 92 e de fundamental importância de ser revisto, olhado, conhecido e discutido, os fóruns de educação ambiental de âmbito estadual e nacional desde a ECO 92, sempre tem pessoas e grupos que estão fazendo esse fomento, eu também acompanho um pouco ali o CADINHO da Lapa e uma das primeiras reivindicações desse coletivo foi um trabalho de formação que eu acho que é muito importante, porque na verdade nós somos muito analfabeto nessa área ambiental, vamos falar a verdade e isso exigi realmente muita capacitação e formação, o conselho não pode só funcionar para resolver as coisas, ela também tem que se capacitar, então eu acredito de fundamental importância e de se pré adaptar 2 horas por mês eu acho que isso tem que ser revisto, mas são documentos de base que infelizmente não fazem parte das políticas públicas do nosso município.

Coordenadora Helena Magozo: Então podemos ir para a deliberação?

Presidente Eduardo Jorge: Eu não tenho dúvidas da importância disso só que nós acabamos inclusive de homenagear o Paulo Freire e eu conheço um pouco a metodologia, então por exemplo o que nós da Secretaria do Verde e os conselhos pensam dos conteúdos, das discussões que vão ser feitas, esse tipo de diálogo do processo de formação até para honrar o próprio Paulo Freire deve ser feito, quer dizer, não pode vir uma coisa com o pacote fechado e lá dialogar simplesmente, isso aí seria o anti- Paulo Freire, qual é a participação por exemplo da Secretaria do Verde, da UMAPAZ, etc, no currículo, nas discussões, em todo o processo, isso eu acho que tem que ser contemplado, eu não posso vir, eu não duvido da capacidade do pessoal, isso não seria Paulo Freire, se quem fosse participar do processo e a própria secretaria que é quem está organizando todo o processo de criação dos conselhos regionais que nós discutíssemos isso, quando é que vai ser feito?

Coordenadora Helena Magozo: Isso vai ser feito na avaliação do projeto que foi a próprio setor da educação ambiental que avaliou, e isso vai continuar a ser feito porque o acompanhamento da CAT é um acompanhamento que vai ter justamente essas pessoas que tem essa obrigação de acompanhar a capacitação dos conselhos em SVMA, tudo essa CAT aprova, quer dizer, se houver desacordo com uma política maior, isso é dialogado, isso é conversado com a entidade.

Presidente Eduardo Jorge: No próprio conteúdo que vai ser colocado, já está escrito tudo aí, eu olhei aqui.

Cons. Mônica Borba: Acho que eu podia falar um pouquinho, porque eu participei do 5° Encontro IBEROAMERICANO de Educação Ambiental em Joinville e nós tivemos um grande esforço de uma releitura do tratado de educação ambiental, então na verdade um dia antes do próprio evento se reuniram os dinossauros, o pessoal mais antigo da educação ambiental para fazer uma releitura e ver se aquele documento produzido na ECO 92, se ele tinha a ver com tudo que aconteceu de lá para cá, se nós poderíamos readequar ele, reencaminhar, trazer ele mais para a nossa realidade do dia de hoje do século XXI desse exato ano. Então na verdade pelo que eu acompanho nessa área é uma forma de conhecer o documento e você fazer uma análise se aquelas orientações, sugestões, plano de ação, viabilidade econômica, tem toda uma parte propositiva diferente da Carta da Terra, acho que são documentos de base, ambos importantes, mas eu acredito que o tratado ele é mais complexo, mais completo e mais focado para a questão das políticas públicas. Então eu acho que a metodologia, eu não li o projeto, eu acredito que seja no sentido das pessoas conhecerem e verificarem se esse documento de fato pode influenciar nas políticas públicas, nos conselhos, colaborar com a ampliação da consciência ambiental, das tomadas de decisões nesse sentido. Então é um documento que foi construído há muitas mãos, o tratado é traduzido em mais de 90 idiomas, são os 2 documentos de base da educação ambiental do nosso planeta e eu acho que esses documentos tem que ser referendados e reforçados. Carta da Terra sempre teve muita força e eu acredito pelo poder dela de comunicação simplificada que ela foi adquirindo, o tratado por ser mais complexo, o pessoal as vezes tem mais dificuldade. Então eu acho muito oportuno nós revalorizarmos, porque eu acho que a Carta da Terra é como se fosse o pré primário, a infância dessa discussão e o tratado ele exige uma compreensão maior, então como eu acho que a Prefeitura, a Secretaria, a UMAPAZ, tem feito um trabalho forte na Carta da Terra, eu acho que o Tratado ele venha somar para trazer mais embasamento para as pessoas nessa tomada de decisão do que está acontecendo na nossa cidade, eu vejo muito nesse sentido, nesse aspecto da continuidade do trabalho que se iniciou da Carta da Terra.

Presidente Eduardo Jorge: Eu acho que isso aí é uma coisa muito importante, é um passo muito importante e eu acharia que existe um Departamento de Educação Ambiental na Secretaria, e ela deveria estar aqui para discutir uma coisa dessas, porque isso aqui é uma discussão que vai envolver o ano inteirinho no mínimo de trabalho, é um trabalho de fôlego, mas a secretaria vai pagar para isso, então é uma coisa que nós temos que discutir com bastante calma, não é um projeto pequeno como esse da Atiboré de fazer fiscalização em postos lá em Parelheiros, isso aqui é uma coisa que vai envolver a cidade inteira, vai envolver os conselhos regionais que nós estamos organizando na cidade inteira. Então eu preferiria ter um tempo maior para ler com mais calma aprofundar isso aí para voltar inclusive na hora de votar, ter o Departamento de Educação Ambiental aqui conosco, porque eles vão ser como responsáveis, isso aqui significa mobilização da cidade inteira, depois quando chamar a reunião e o pessoal do conselho não comparecerem, quem vai ser culpado é a secretaria ou é a prefeitura e eu não posso obrigar representante de secretaria de esportes, subprefeitura e etc, a participar de reunião, nós não temos esse poder de correção. Então eu acho que é melhor nós chamarmos o pessoal do Departamento de Educação Ambiental e discutir isso com calma, como é que vai ser esse processo de discussão dos temas e mobilização dos conselhos, porque isso é uma coisa que vai envolver 1 ano de trabalho e é basicamente em cima da Prefeitura, porque tem as pessoas que vão expor, mas quem é que vai juntar esse pessoal todo? Somos nós.

Cons. Mônica Borba: Eu tenho uma outra sugestão.

Coordenadora Helena Magozo: Olha eu acho que nós podemos , Mônica, eu sempre acho que debater mais, para que os conselheiros tenham os subsídios necessários. Acho que pode vir sim na minha posição, pode vir sim a Educação Ambiental, conversar com a gente e justificar, se os conselheiros entenderem que isso é importante. Quem avaliou foi essa equipe da Educação Ambiental e há realmente um grupo em que nós e SVMA estamos discutindo capacitação com os conselhos. A Rute e eu nos encontramos mensalmente e eu entendo, mas não avaliei gente, por favor não avaliei, entendo pela minha história na Educação Ambiental que tem a ver com a solicitação dos conselheiros, mas acho que a ponderação do secretário cabe, acho que é sempre importante, enquanto presidente do Conselho e secretário, não precisamos de nenhuma precipitação na deliberação, é prudente a posição do Departamento de Educação Ambiental. Fortalece a deliberação.

Cons. Mônica Borba: Eu tenho uma sugestão na verdade, se nós vamos chamar a equipe da educação ambiental para esse projeto, tem números outros que eu gostaria de ter chamado aqui a equipe para esclarecimento nas Atas, isso consta freqüentemente e isso não foi realizado, então assim,se nós vamos poder chamar a equipe aqui técnica, eu vou fazer um recall, porque nós já estamos no 130 e teve muitas vezes que nós ficamos com vontade e desejo de estar a equipe aqui para alguns estabelecimentos específicos, eu acredito que um projeto dessa magnitude ela é importante a ver realmente uma conversa muito importante da prefeitura daqui da casa com o Instituto Paulo Freire, e eu acho que isso com certeza pelo que eu conheço dessas 2 Instituições vai ser feito e vai ser organizada e vai ser realizado dentro do tempo que os conselhos se reúnem, porque essa demanda de formação eu volto a insistir, eu sei que ela é super importante de acontecer. Então eu acho assim, que nós pudéssemos realmente aprovar com a condicionante desse coletivo se reunir e realmente verificar a viabilidade, detalhar isso, mas eu não acredito que isso seja impossível, que nós precise brecar e não aprovar agora, eu acho que nós temos que apoiar, aprovar, e orientar assim para que tanto a secretaria e o Instituto Paulo Freire crie um conselho gestor desse projeto, que encerrou na semanalmente, acho que quando é uma coisa realmente que envolve isso talvez tenha necessidade de ter um conselho gestor do programa, inserindo os dois parceiros prioritários para a coisa não degringolar, essa seria minha sugestão.

Presidente Eduardo Jorge: Isso aí em relação a pedido de esclarecimento não é verdade, você mesmo já pediu vários esclarecimentos e veio gente aqui da Prefeitura de Perus, da secretaria, os projetos foram deixados para depois, qualquer um de nós pode fazer isso e já foi feito, então não sou eu o primeiro que estou fazendo isso. Segundo, isso aí envolve e é diferente de um projeto pequeno das APA Bororé que envolve a instituição que eu citei, que é de maior respeitabilidade e um projeto desse que envolve não só a Secretaria do Verde, a Secretaria da Subprefeitura, a Secretaria de Esportes, toda as secretarias que participam dos conselhos. Então isso aqui não é a mesma coisa de um projeto de fiscalizar a água dos poços da APA Bororé, é só isso que eu estou dizendo e acho que até para honrar a metodologia do Paulo Freire algo desse tipo tem que ser mais bem discutido, como é que vai ser, qual vai ser a base de mobilização das pessoas, então pode ser assim, só isso. Quanto a questão da formação não é só você que acha, acho que todos nós aqui achamos isso, é para isso inclusive que os conselhos foram criados, eles não existiam, nós estamos criando e elegendo pela cidade toda a fora. Então não é isso que está sendo discutido, se precisa ou não precisa formação, eles só estão discutindo formação por que os conselhos estão começando a existir agora, agora um projeto desse tipo com esse fôlego não pode ser discutido dessa forma, é uma coisa muito mais complexa, eu sei o que significa uma mobilização desse tipo durante um ano na cidade inteirinha com várias secretarias, não só nós Secretaria do Verde.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos primeiro, para o posicionamento dos conselheiros, se optam por mais tempo para avaliação e o posicionamento da equipe da educação ambiental.

Presidente Eduardo Jorge: A outra questão de chamar o pessoal da Paulo Freire e da Rose para conversar, podemos fazer antes, quantas vezes quiser, eu estou aqui a disposição, porque formação é comigo mesmo, agora tem que ter uma coisa séria de planejamento para não entrar em uma aventura sem saber o que os outros sujeitos pensam disso.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, então primeiro vamos decidir com os conselheiros se deliberam agora ou se acham importante os elementos que o secretário colocou, considerando também o que a Mônica falou para um outro momento, o que vocês acham? Quem é favorável que seja deliberado agora, levante a mão. Quem acha que tem condição de deliberação agora considerando que o secretário falou, ponderando também que a Mônica teve uma posição diferente, mas quem é favorável a que não se delibere agora, levante a mão. Então está pedido vista e se vocês me permitem eu acho que o outro projeto que vem em seguida é a mesma situação, porque é mais específico, mas também é formação de conselheiros, então